

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
AUDIÊNCIA PÚBLICA

Edital nº 18/2019

Metas Prioritárias para o Poder Judiciário, Edição 2020

ATA

Aos dezesseis dias do mês de agosto de dois mil e dezenove, com início às dez horas, na sede do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, na Sala da Sessão do Conselho de Administração desta Corte Regional, estiveram presentes representantes dos juízes federais, dos membros das Procuradorias, dos servidores e da sociedade, devidamente relacionados em lista de presença anexa, para realização da audiência pública. O convite para audiência foi publicado no sítio eletrônico do TRF5, Diário Eletrônico Administrativo desta Corte, em 08 de agosto de 2019, edição nº 149.0/2019, tendo como objetivo abrir debate com magistrados, procuradores, advogados, servidores e com a sociedade sobre aspectos relacionados ao aperfeiçoamento da prestação da jurisdição, a partir das diretrizes a serem adotadas com o sistema de metas prioritárias do Poder Judiciário, para o ano de 2020. Deu-se início à reunião pela Juíza Federal Joana Carolina Lins Pereira, agradecendo a presença dos participantes no evento. Destacou que o TRF5, dentro da Justiça Federal, é pioneiro na realização de Audiência Pública para discutir com a sociedade as metas anuais do Poder Judiciário. Fez um breve histórico do início do processo de definição das metas pelo CNJ, frisando que a instituição dessa metodologia de gestão oportunizou uma maior celeridade no julgamento dos processos e redução do acervo. Ressaltou a importância da Meta 2, que tinha como alvo reduzir o acervo dos processos mais antigos. Destacou que o estabelecimento de metas é um processo participativo de baixo para cima, mediante consulta a vários atores que atuam no Poder Judiciário, sendo as propostas apreciadas pelo CNJ e definidas as metas para o ano subsequente. Frisou, ainda, que tal prática é estimulada pelo CNJ, mediante o incentivo aos tribunais para que realizem consulta e audiência pública, bem como discussão com atores internos. Informou as regras da Audiência e a sequência a ser adotada para a sessão. Informou que todas as propostas, sendo ou não acolhidas pelo CNJ, serão divulgadas no âmbito do Tribunal, junto ao corpo de magistrados. Na sequência, passou a palavra ao servidor Luiz Carlos Targino Dantas, Diretor da Divisão de Estratégia, Governança e Estatística, a quem coube fazer uma apresentação sobre o Sistema de Metas do Poder Judiciário. O slide utilizado para a apresentação foi encartado como Anexo desta Ata, sendo o discurso do servidor Luiz Targino Dantas orientado por essas lâminas. Concluída a apresentação, à relatora da Audiência Pública retornou a fala e teceu comentários sobre a inserção e mudança de temáticas das metas ao longo dos dez anos com que o Judiciário vem trabalhando com esse modelo de gestão. Antes de abrir a palavra aos expositores sequenciados em decisão, facultou a palavra para comentários dos participantes. O Juiz Federal Carlos Vinicius Calheiros Nobre parabenizou o Tribunal pela iniciativa e agradeceu o convite. Aberto o espaço para os expositores habilitados, fez uso da fala o Procurador da Fazenda Nacional, Dr. Carlos Barreto Campello Roichman, que salientou a importância dessa iniciativa. Registrou suas propostas: (01) Uniformizar a jurisprudência nos tribunais, mediante o julgamento de pelo menos 90% dos incidentes de resolução de demandas repetitivas, incidentes de assunção de competência e incidente de arguição de inconstitucionalidade, bem como os recursos representativos de controvérsia instaurados até 31/12/2018 e 100% dos instaurados anteriormente; (02) Reduzir o número de ocorrências de erros nos sistemas de processos judiciais eletrônicos. Destacou que a Procuradoria vem atuando na busca de

uniformização para dar maior segurança jurídica aos cidadãos, ressaltando a importância de os tribunais também adotarem essa prática, o que entende estar alinhado com o planejamento estratégico do Poder Judiciário. Detalhou sua proposta sobre uma meta de cunho administrativo, que seria reduzir o número de ocorrências de erros nos sistemas de processos judiciais eletrônicos. Exemplificou alguns problemas que a Fazenda Nacional vem sentindo por falhas e instabilidade do Pje. Neste sentido, sugeriu identificar o percentual de falhas do sistema Pje nos anos anteriores e inserir um percentual de redução para o ano subsequente. A relatora da Audiência explanou sobre a importância das propostas formuladas pelo Dr. Carlos Barreto Campello Roichman e, sobre as falhas e instabilidade do sistema Pje, frisou que a Administração do TRF5 vem envidando esforços para reforçar a área de Tecnologia da Informação, seja ampliando o quadro de servidores, seja na melhoria da infraestrutura e desenvolvimento e suporte a sistemas. Frisou, contudo, que a defasagem do quadro de pessoal de Tecnologia da Informação é histórica e que as últimas gestões vêm buscando ampliar esse número. Afirmou que a Administração vem priorizando o investimento nessa área, cujo montante orçamentário necessário a esse fim é de grande monta. Informou, também, que está em vias de concepção uma nova versão do Pje e deu destaque para projetos de inovação, como a Residência de TI, projeto capitaneado pela Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, que vem automatizando processos e tratando dados processuais por meio da inteligência artificial. Passou-se a palavra ao Coordenador Geral Jurídico da Procuradoria Regional da União, Dr. Jones Oliveira da Cruz, o qual registrou parabéns à iniciativa do TRF5 em realizar a Audiência Pública. Informou que a Procuradoria Regional da União também adota metas em sua gestão e que a AGU vem buscando atuar na solução de conflitos mediante conciliação. Afirmou alinhamento às considerações tecidas pelo Dr. Carlos Barreto Campello Roichman, no tocante às falhas e instabilidade dos sistemas processuais. Sobre as metas, sugeriu a priorização da recuperação de ativos relativos às ações de improbidade administrativa com cobrança do prejuízo causado ao Erário, ações de ressarcimento, bem como a execução de acordos do TCU. A seguir, passou-se a palavra para a servidora Cláudia Virgínia Medeiros Lopes, que informou haver uma preocupação com a produtividade dos julgados com possível prejuízo da qualidade do trabalho. Destacou, ainda, que não se pode traduzir tudo em número, pois há várias questões não tão objetivas, como o diferente nível de complexidade dos processos. Afirmou que não tem verificado a definição de metas voltadas para a capacitação dos servidores, condição necessária para melhorar a produtividade e qualidade. Sobre esse ponto, afirmou que a capacitação para cursos on-line não tem efetividade igual aos cursos presenciais. Destacou, ainda, que há o risco de as metas serem um fim em si mesmas, fazendo com que magistrados e servidores estabeleçam mecanismos para alcançar metas, sem que isso represente, efetivamente, melhoria para o Judiciário. Afirmou preocupação com o uso de robôs em etapas do processo. Sobre obras paradas, a servidora entende que antes de definir meta para ações dessa natureza, primeiramente deveria conhecer os indicadores. A Relatora da Audiência, ouvida a servidora Cláudia Virgínia Medeiros Lopes, afirmou que a preocupação quanto aos aspectos qualitativos é, também, um ponto comungado por toda a magistratura. Sobre capacitação, fez os registros e encaminhará para a Administração do TRF5. Quanto à inclusão de uma meta sobre obras paradas, a relatora informou que o TRF5 fez levantamento sobre o número de processos que tratam dessa matéria, tendo sido identificada apenas uma ação judicial em toda a 5ª Região. Afirmou, ainda, que o TRF5 encaminhará proposta para que a problemática das obras paradas com processo em trâmite integrem uma agenda do CNJ, mas não meta para serem alcançadas pelos tribunais. A servidora da Seção Judiciária de Pernambuco, Rouseane Letícia Chaves de Oliveira, pediu uso da palavra e indagou se o contingenciamento derivado da Emenda Constitucional 95 estaria sendo levado em conta na formulação das metas, uma vez que implica, inclusive, a redução do quadro de servidores e de recursos. A juíza

relatora da Audiência e o Diretor de Divisão Estratégica, Luiz Carlos Targino Dantas, registraram que essa pauta é uma constante nos debates sobre aspectos da gestão, dentre eles, as metas anuais do Poder Judiciário. Na sequência, foi passada a fala ao servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, Elielson Floro da Silva, representando a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal de Pernambuco, que teceu homenagem à modernização da gestão no Poder Judiciário. Destacou a importância do uso das metas e o respectivo cumprimento. Contudo, frisou que a modernização do Poder Judiciário não tem chegado à população como um todo. Afirmou que o sindicato tem ouvido junto à população que as cortes de justiça são casas de privilégio. Disse que reconhece um esforço grande dos que fazem o Judiciário, contudo, não há a comunicação efetiva para a população, impossibilitando o reconhecimento desse avanço do Poder Judiciário, bem como de todos os esforços que vem sendo empreendidos para o atendimento dos direitos dos cidadãos. Afirmou, ainda, que em evento na área previdenciária, colheu-se a informação de que, para a população, muitas das ferramentas tecnológicas são compreendidas como dificuldades, barreiras para o acesso aos serviços públicos. Reforçou, mais uma vez, que há de se fazer publicidade dos serviços prestados e formas de acesso e esforço empreendido pelos órgãos do Judiciário. Tais diretrizes, entende, contribuiriam para mudar a imagem do Judiciário frente à sociedade. Alinhou-se aos aspectos afirmados pelas servidoras Cláudia Virgínia Medeiros Lopes e Rouseane Letícia Chaves de Oliveira. Destacou, também, preocupação com casos de adoecimento de servidores do Judiciário, com destaque para distúrbios e transtornos mentais, inclusive, com ocorrência de suicídios de servidores, decorrente de adoecimento mental. Afirmou que o sindicato tem reforçado campanhas de valorização do servidor como a principal ferramenta, sem desmerecer soluções tecnológicas. Neste sentido, apresentou pauta reivindicatória no sentido de haver maior agenda de capacitação e valorização dos servidores. Ressaltou que no TRT6 já há uma forte prática de participação dos servidores e registrou a satisfação de ver no TRF5, também, essa abertura para a participação. O vice-presidente do SINTRAJUF/PE, Max Wallace Marques de Andrade, fez breve declaração ressaltando a abertura do TRF5 à participação dos servidores, dando destaque para iniciativas em que a juíza Joana Carolina, auxiliar da presidência, tem contemplado a integração dos servidores ao processo de gestão. Retomando a palavra, a relatora destacou a preocupação da Administração com o seu quadro de servidores. Afirmou, também, que há diretriz para a Justiça Federal de apenas reformar e adequar suas estruturas prediais, evitando novas obras. Quanto à transparência, destacou que o TRF5 está desenvolvendo, para entrar no ar ainda este ano, um novo Portal do Tribunal, com incremento do Portal da Transparência, o qual garantirá melhor visibilidade e acessibilidade para os internautas. Afirmou a Relatora, sobre o adoecimento dos servidores, que a unidade de saúde vem realizando programa de exames periódicos. Afirmou, ainda, que desde a gestão anterior, foi priorizada a formação de quadro de médicos em toda a região e que, no primeiro grau, não havia médico de cargo efetivo nos quadros das seções judiciárias. Passou a palavra à Dra. Raquel Lins, cientista política e representante do Projeto Pernambuco Transparente, a qual fez um histórico do Projeto e pontuou que busca fortalecer o controle social, frente a inúmeros problemas, como ambientais e desvio de recursos públicos. O citado Projeto abrange a Região Metropolitana de Recife. Sobre combate à corrupção, que tem acompanhado, destacou a preocupação sobre a Meta 4, tendo ficado satisfeita ao ver os resultados já alcançados na diretriz definida para o Judiciário. Sugeriu que o Judiciário pudesse adotar critérios para atuar na citada Meta, tais como foco sobre a região metropolitana, pois concentra maior fração da população dos estados. Afirmou, tomando alinhamento ao discurso do diretor do SINTRAJUF/PE, a importância sobre a comunicação dos órgãos públicos, isso para o quadro interno e para a sociedade. Nesse sentido, elogiou o canal Observatório da Estratégia da Justiça Federal. Contudo, sugeriu que possa ser adotado relatórios mais

detalhados, indicando casos julgados e quais ainda estão aguardando decisão. Recomendou, também, menor periodicidade para divulgação dos relatórios, como semestral, além de maior uso das redes sociais e veiculação de matérias na imprensa. Para os casos que não tramitam em segredo de justiça e tenham interesse coletivo, sugeriu que fossem transmitidos os julgamentos em canal aberto para a sociedade, bem como a realização das audiências públicas. Sobre a inserção de novos temas, considerou importante a inclusão do tema sobre obras paralisadas e a Agenda 2030. Registrou que a consulta pública realizada teve curtíssimo prazo, sugerindo um maior período para a sua aplicação, bem como a sua divulgação. Sugeriu, por fim, à juíza relatora da Audiência, um foco maior sobre a área de comunicação, fazendo chegar à sociedade, dados e informações para além dos números que são divulgados. Retomando a fala, a Relatora da Audiência afirmou a importância de um olhar externo ao Judiciário. Registrou os parabéns pela causa abraçada pela Dra. Raquel Lins, fazendo votos de sucesso para os resultados que poderão ser alcançados por meio do Projeto. Reforçou que o TRF5 e as Seções Judiciárias sob sua jurisdição alcançaram os melhores índices no combate à corrupção em comparação com os demais tribunais regionais federais. Frisou que o magistrado é agente público que age mediante provocação. Com relação aos critérios de julgamento, esclareceu haver critérios territoriais de distribuição da competência para as varas federais. Sobre a comunicação, ressaltou que, culturalmente, os juízes são mais reservados, mas reconhece que há de se vencer essa barreira para que o Judiciário venha a se comunicar melhor com a sociedade. A servidora Cláudia Virgínia Medeiros Lopes indicou preocupação sobre a transmissão dos julgamentos, para que não venham sofrer influência de fatores externos. A Relatoria, quanto ao acesso, afirmou que as audiências e sessões são públicas, exceto no caso de sigilo de justiça. Sobre a estrutura das assessorias de comunicação, informou que o quadro de assessores de comunicação do TRF5 é bem estruturado e que, quanto ao 1º grau, encaminhará aos diretores de foro a proposta formulada pela Dra. Raquel Lins. Esta, retomando a fala, reforçou o uso da audiência pública e sua veiculação para a sociedade. Neste sentido, a Relatora afirmou que o instituto da Audiência Pública é uma prática nova e que vem sendo adotada, devendo ser ampliada para casos de interesse coletivo. O Dr. Carlos Barreto Campello Roichman, aderindo à pauta trazida pela Dra. Raquel Lins, sugeriu que fossem disponibilizados dados abertos para acesso pela população, passando a integrar uma política maior do órgão. A servidora Cybelle Lemos, fazendo uso da palavra, afirmou que o Programa de Sustentabilidade vem atuando para aperfeiçoar o uso dos recursos, tendo, também, foco na melhoria das condições de trabalho. Ressaltou, ainda, a agenda de inovação na Seção RN e destacou a participação daquele órgão na Campus Party, mediante promoção de hackathon. Neste sentido, a Dra. Raquel Lins afirmou que o Ministério Público da Paraíba vem realizando importante agenda de hackathon. Pediu a palavra o Diretor Geral do TRF5, Dr. Edson Santana, destacando perceber que o foco deva ser voltado para o material humano, não se limitando apenas aos servidores, mas também aos terceirizados que atuam nas atividades operacionais em todos os níveis do Tribunal e das Seções. Na sequência a Relatora da Audiência fez a leitura desta Ata diante de todos os presentes, cujos nomes e respectivas assinaturas constam na Lista Anexa. A Relatoria, por fim, agradeceu efusivamente a participação de todos, ressaltando que irá consolidar as sugestões para encaminhamento aos Conselhos e à Administração do Tribunal e das Seções Judiciárias da 5ª Região. Nada mais havendo a tratar, eu, MAGNUS HENRIQUE DE MEDEIROS, Assessor de Gestão Estratégica e Governança do TRF5, lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim, _____, pela Relatora e demais participantes da Audiência, em lista Anexa.